



# CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

## Promotor de Justiça Substituto

### PROVA OBJETIVA

Aplicação: 7/2/2004

### MANHÃ

CADERNO DE PROVA

# LEDOR

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cem** questões objetivas corretamente ordenadas.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal mais próximo, devolva-lhe a sua folha de resposta e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA

- I 9/2/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 10 e 11/2/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente no horário e no local que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III 12/3/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Tocantins e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e dos resultados provisórios das provas escritas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 1 do Edital n.º 2/2003 – MP/TO, de 1.º/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA

### GRUPO I

#### DIREITO PENAL, DIREITO ELEITORAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

##### QUESTÃO 1

Considerando as disposições do Decreto-Lei n.º 3.688/1941, assinale a opção correta.

- A Admite-se a pena de reclusão para os casos de contravenção penal.
- B É possível a tentativa na contravenção de vias de fato.
- C Verifica-se a reincidência quando o agente tenha cometido uma contravenção anterior à prática de um crime.
- D A prescrição da pretensão punitiva é aplicável às contravenções e o prazo deve ser regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada.
- E A lei penal brasileira adotou o princípio da extraterritorialidade, que se aplica às contravenções praticadas fora do território nacional.

##### QUESTÃO 2

Pedro, desconfiado do adultério de sua esposa, resolveu oferecer a ela chá contendo veneno. Porém, no momento em que a xícara era levada à boca, impediu-a de sorver o líquido.

Nesse caso hipotético, a conduta de Pedro configura, conforme o Código Penal,

- A desistência voluntária.
- B tentativa de homicídio qualificado.
- C crime impossível.
- D arrependimento eficaz.
- E tentativa de homicídio privilegiado.

##### QUESTÃO 3

No interior de um bar, iniciou-se uma briga entre integrantes de duas torcidas. Júlio, que a tudo assistia, passou a desferir socos e pontapés nos contendores, sendo que um deles veio a sofrer ferimentos de natureza grave, causados por outro contendor.

Nessa situação hipotética, a conduta praticada por Júlio caracteriza-se como

- A participação em rixa qualificada.
- B crime de lesão corporal grave.
- C participação em rixa simples.
- D contravenção de vias de fato.
- E tentativa de homicídio.

##### QUESTÃO 4

Considerando os crimes contra a pessoa, julgue os itens seguintes.

- I Se, após consumado o estupro, o autor, temeroso em ser reconhecido, mata a vítima, esse homicídio é qualificado, para assegurar a impunidade.
- II Em regra, consuma-se o delito de homicídio no momento em que a vítima tem sua integridade física atingida.
- III Matar alguém sob o domínio de violenta emoção, logo após a injusta provocação da vítima, caracteriza o homicídio privilegiado.
- IV Se for doloso o homicídio, a pena será aumentada de um terço, no caso de crime praticado contra pessoa menor de quatorze anos.
- V Mãe que profira xingamentos contra policiais militares no momento em que executam a prisão de seu filho incorre no delito de injúria.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

##### QUESTÃO 5

Julgue os itens abaixo.

- I Uma pessoa pratica o delito de constrangimento ilegal quando, mediante violência, retira do bolso de outra quantia que esta última lhe deve e se recusa a pagar.
- II Constitui hipótese de crime impossível o estupro de uma prostituta.
- III No crime de injúria, é atingida a honra subjetiva da vítima; na difamação, a honra objetiva; na calúnia, ocorre a imputação falsa de um fato definido como crime.
- IV Há crime continuado quando o agente pratica dois ou mais crimes de várias espécies, em condições de tempo, lugar e maneira de execução semelhantes, fazendo presumir que os subseqüentes sejam continuação do primeiro.
- V Lei posterior, que, de qualquer modo, favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha sido transitada em julgado sentença condenatória.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

**QUESTÃO 6**

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- I O crime de concussão exige o resultado material, consumando-se com a percepção da vantagem indevida.
- II O crime de peculato, na modalidade apropriação, consuma-se no momento em que o agente, efetivamente, passa a dispor do objeto como se fosse seu.
- III João, funcionário público, foi surpreendido por seu chefe imediato no instante em que subtraía material do almoxarifado da repartição pública em que trabalha. O chefe, movido por sentimento de compaixão, deixou de responsabilizá-lo. Nesse caso, o chefe de João cometeu a infração de favorecimento pessoal.
- IV Aquele que promete vantagem indevida a funcionário público para omitir ato de ofício incorre no crime denominado corrupção passiva.
- V A conduta de quem solicita vantagem para si, prometendo influir em ato praticado por funcionário público, caracteriza o crime de tráfico de influência.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, III e V.
- D II, III e IV.
- E II, IV e V.

**QUESTÃO 7**

Paulo, utilizando-se de arma de fogo, disparou um tiro contra Antônio, matando-o, e ferindo gravemente Tadeu, que passava pelo local.

Nesse caso hipotético, diz-se que ocorreu

- A concurso material.
- B concurso formal.
- C crime continuado.
- D *aberratio ictus*.
- E *aberratio criminis*.

**QUESTÃO 8**

Julgue os itens a seguir.

- I Aquele que omite dizeres sobre a nocividade de produtos em publicidade incorre no delito culposo.
- II O autor de infração de abuso de autoridade está sujeito a sanção administrativa, penal e civil.
- III Trata-se de um caso de homicídio qualificado por motivo fútil, considerado delito hediondo, o fato de um trabalhador, na hora do almoço coletivo, matar seu companheiro de trabalho porque este acabara de lhe furtar uma banana.
- IV É entendimento jurisprudencial majoritário que o crime de extorsão é delito formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem ilícita.
- V O latrocínio e o roubo qualificado pelas lesões graves são considerados crimes hediondos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

**QUESTÃO 9**

Assinale a opção **incorreta** relativa ao concurso de agentes.

- A Praticado o crime por vários agentes, exige-se, para a caracterização da co-autoria, a participação psicológica de cada um deles.
- B As circunstâncias objetivas se comunicam, desde que o partícipe delas tenha conhecimento.
- C Considere a seguinte situação hipotética. Adriano desentendeu-se com José e decidiu matá-lo. Procurou por Lucas, que, após saber de sua intenção, emprestou-lhe uma arma. Adriano embriagou-se e, utilizando-se da arma citada, atingiu mortalmente José. Nessa situação, Adriano e Lucas serão responsabilizados pelo crime de homicídio.
- D Considere a seguinte situação hipotética. Alberto, namorado de Ana, grávida há um mês, pagou aborto criminoso, a pedido da gestante. Nessa situação, Alberto incorreu no crime de aborto, na condição de co-autor.
- E A autoria colateral inexistente o vínculo subjetivo entre os participantes.

**QUESTÃO 10**

Julgue os itens seguintes, acerca das causas extintivas de punibilidade.

- I A perempção é a perda do direito de prosseguir na ação penal privada subsidiária da pública, em face da inércia do querelante, que deixa de promover o seu andamento durante trinta dias seguidos.
- II O perdão do ofendido é ato unilateral pelo qual o querelante desiste do prosseguimento da ação penal já iniciada.
- III Pela anistia, há a exclusão do crime e de suas conseqüências penais.
- IV A renúncia é a desistência de exercer o direito de queixa, podendo ser expressa ou tácita e irrevogável.
- V A prescrição da pena de multa ocorre em dois anos, quando a multa é a única cominada.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

**QUESTÃO 11**

As espécies de pena previstas na lei penal vigente incluem a(s)

- A restritivas de direitos, a multa e a prestação de serviços à comunidade.
- B privativas de liberdade, a interdição temporária de direitos e a multa.
- C restritivas de direitos a multa e o regime fechado.
- D reclusão, a detenção e a prisão simples.
- E privativas de liberdade, as restritivas de direitos e a multa.

**QUESTÃO 12**

Julgue os itens a seguir.

- I No roubo impróprio, a violência contra a pessoa é empregada logo após a subtração, a fim de assegurar a impunidade do crime.
- II Furto privilegiado é aquele praticado pelo cônjuge, ascendente ou descendente, desde que a coisa furtada seja de pequeno valor.
- III No estelionato, diferentemente do furto mediante fraude, visa-se fazer que a vítima incida em erro e entregue espontaneamente o objeto ao agente.
- IV Filho que pratica delito de extorsão contra o pai incorre em escusa absolutória.
- V A conduta que envolva produto de contravenção não implicará o reconhecimento posterior, de receptação.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

**QUESTÃO 13**

Com relação às excludentes de ilicitude, assinale a opção **incorreta**.

- A Policial que utiliza força física necessária para evitar fuga de presidiários age em estrito cumprimento do dever legal.
- B No estado de necessidade, há um conflito entre bens jurídicos, enquanto na legítima defesa há repulsa contra um ataque.
- C Para se caracterizar o estado de necessidade, a situação de perigo a ser afastada não pode ter sido causada voluntariamente, pelo agente.
- D Um pai, utilizando-se de uma estaca, feriu mortalmente um gorila que fugira da jaula e ameaçava atacar seu filho, nas arquibancadas de um circo. Nesse caso, o pai agiu em legítima defesa.
- E Admite-se a legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa.

**QUESTÃO 14**

Assinale a opção **incorreta**.

- A A tentativa é incompatível com o delito culposos.
- B No crime qualificado pelo resultado, tem-se a culpa no antecedente e o dolo, no conseqüente.
- C Considera-se lugar do crime aquele em que o indivíduo praticou os atos executórios, bem como aquele em que se deu a consumação.
- D Na culpa consciente, o agente prevê o resultado, mas espera sinceramente que ele não aconteça.
- E São pressupostos da culpabilidade a imputabilidade e a previsibilidade do resultado.

**QUESTÃO 15**

O Partido dos Concurandos pretende lançar candidatos a vereador na eleição de 2004, tendo, então, de tomar algumas providências exigidas por lei, juntamente com os candidatos.

Com base nessa situação e considerando as exigências legais, assinale a opção **incorreta**.

- A O partido deve comunicar à justiça eleitoral os valores mínimos dos gastos que fará com cada candidato.
- B Até dez dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido deve constituir seu(s) comitê(s) financeiro(s), com a finalidade de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais.
- C O partido deverá registrar o comitê financeiro, até cinco dias após sua constituição, nos órgãos da justiça eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.
- D Cabe ao candidato fazer a administração financeira de sua campanha.
- E A prestação de contas de cada candidato é assinada por ele, sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para administrar os recursos financeiros da campanha.

**QUESTÃO 16**

Entre as preocupações do Ministério Público e do Poder Judiciário em matéria eleitoral, está a de verificar o cumprimento da lei no que tange à origem dos recursos que financiam as campanhas eleitorais. Isso ocorre porque a legislação aplicável proíbe, ao candidato e ao partido, receber doações provenientes de determinados setores da sociedade. De acordo com a lei, um candidato pode receber recursos financeiros para sua campanha

- A do país de origem de seus ancestrais.
- B da associação de moradores da quadra em que reside.
- C do órgão público em que trabalha.
- D de uma ONG ambientalista, mantida com recursos estrangeiros, à qual o candidato é associado.
- E do sindicato da categoria profissional do candidato.

**QUESTÃO 17**

A lei arrola todos os gastos de uma campanha eleitoral que estão sujeitos aos limites legais e que devem ser registrados. Para os efeitos citados, **não** se enquadra entre os gastos arrolados em lei o(a)

- A confecção de folhetos.
- B realização de pesquisa pré-eleitoral.
- C transporte de eleitores durante a campanha.
- D multa por infração da lei eleitoral.
- E taxa de registro de candidatura.

**QUESTÃO 18**

Assinale a opção **incorreta** acerca do direito previdenciário.

- Ⓐ Aposentados têm direito a perceber gratificação natalina.
- Ⓑ Pensionistas têm direito a receber gratificação correspondente ao adicional de férias devido aos trabalhadores.
- Ⓒ Cabe à previdência social oferecer proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- Ⓓ A previdência social compreende o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.
- Ⓔ Um profissional liberal que se aposenta, mas continua exercendo suas atividades profissionais, tem o dever de contribuir para a previdência social.

**QUESTÃO 19**

Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O auxílio-doença é devido apenas a contribuintes individuais impedidos de trabalhar em virtude de doença.
- Ⓑ É de doze meses o período de carência para a concessão de pensão por morte.
- Ⓒ Têm direito a salário-maternidade as contribuintes empregadas que adotam filhos.
- Ⓓ No tocante a um mesmo benefício, é vedado estabelecer períodos de carência distintos para seguradas empregadas e seguradas contribuintes individuais.
- Ⓔ O valor do benefício do salário-família não pode ser inferior ao salário mínimo.

**QUESTÃO 20**

Em 15/1/2004, Adriana completou cinquenta anos de idade e 25 anos de efetivo exercício de magistério no ensino médio, durante os quais sempre contribuiu para a previdência social.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Adriana tem direito a aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais.
- Ⓑ Adriana tem direito a aposentadoria por idade, com proventos integrais.
- Ⓒ Adriana tem direito a aposentadoria por idade, com proventos proporcionais.
- Ⓓ Embora seu tempo de contribuição seja suficiente para aposentadoria com proventos proporcionais, Adriana não tem idade bastante para fazer jus a esse benefício.
- Ⓔ Adriana ainda não tem direito a aposentadoria, mas teria direito a esse benefício se houvesse exercido função de magistério no ensino fundamental e não no ensino médio.

## GRUPO 2

### DIREITO PROCESSUAL PENAL, EXECUÇÃO PENAL E LÍNGUA PORTUGUESA

**QUESTÃO 21**

Ana foi seqüestrada por uma quadrilha na cidade de São Paulo. Posteriormente, foi levada a Campinas, onde foram feitos os contatos com a família para acerto do resgate. Em seguida, ela foi levada a Araraquara, onde foi mantida em cativeiro.

Nessa situação hipotética, instaurados vários inquéritos, a competência jurisdicional será determinada pelo(a)

- Ⓐ prevenção.
- Ⓑ conexão.
- Ⓒ lugar onde foi praticado o último ato de execução.
- Ⓓ lugar onde se deu a privação de liberdade.
- Ⓔ domicílio do réu.

**QUESTÃO 22**

Há o chamado flagrante compulsório quando

- Ⓐ o agente é surpreendido e preso cometendo a infração penal.
- Ⓑ a prisão é efetuada logo após o cometimento da infração penal.
- Ⓒ a prisão do agente é efetuada por populares.
- Ⓓ a prisão do agente é efetuada pela autoridade policial e agentes de polícia.
- Ⓔ alguém é preso em situação que faça presumir ser ele o autor da infração penal.

**QUESTÃO 23**

Considerando as disposições legais acerca da produção de provas, julgue os itens a seguir.

- I A criança com 7 anos de idade está proibida de depor.
- II A testemunha deve prestar depoimento oralmente, não sendo permitido trazê-lo por escrito.
- III O exame de corpo de delito não se realiza nos domingos e feriados.
- IV Desaparecendo os vestígios da infração, a prova testemunhal pode suprir a falta do exame de corpo de delito.
- V Ocorrido um furto mediante arrombamento, a vítima solicitou a realização do exame pericial ao delegado de polícia, que considerou que, nos autos do inquérito policial, havia provas fartas indicando a autoria do fato. Nesse caso hipotético, o delegado de polícia deve negar a perícia por não ser necessária ao esclarecimento da verdade.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

**QUESTÃO 24**

Assinale a opção correta pertinente à citação.

- Ⓐ A citação do acusado no estrangeiro, por carta rogatória, não suspende o curso do prazo prescricional.
- Ⓑ A intimação do Ministério Público deve ser feita pessoalmente ou por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos da comarca.
- Ⓒ Se o réu citado pessoalmente não comparecer na data marcada para o interrogatório e não constituir defensor, o juiz suspenderá o processo e, conseqüentemente, o curso do prazo prescricional.
- Ⓓ Certificando-se o oficial de justiça de que o réu se oculta para não ser citado, deve-se proceder à citação por hora certa.
- Ⓔ Será sanada a falta ou nulidade da citação caso o interessado compareça antes de o ato consumir-se, ainda que o faça com o único fim de argüi-la.

**QUESTÃO 25**

Acerca do procedimento do juízo do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pronúncia deve analisar completamente toda a matéria de fato e de direito envolvida.
- Ⓑ Não podem ser arroladas novas testemunhas para o julgamento em plenário.
- Ⓒ As decisões do júri devem ser tomadas por maioria de votos e, após a votação, se for desclassificada a infração para outra atribuída à competência do juiz singular, caberá ao presidente do tribunal do júri proferir a sentença.
- Ⓓ As nulidades ocorridas na instrução criminal podem ser argüidas até o início do julgamento em plenário.
- Ⓔ A intimação da sentença de pronúncia, desde que cometido crime inafiançável, deve ser feita pessoalmente se o réu estiver preso.

**QUESTÃO 26**

Uma vítima de furto propôs ação penal subsidiária da pública mediante queixa. Porém, no curso da ação, mostrou-se negligente, deixando de promover seu andamento durante trinta dias consecutivos. Nesse caso, deve o

- Ⓐ juiz decretar a preempção da ação, declarando extinta a punibilidade.
- Ⓑ procurador-geral de justiça determinar que o representante do Ministério Público ofereça denúncia substitutiva.
- Ⓒ representante do Ministério Público retomar a ação como parte principal.
- Ⓓ juiz declarar a extinção da punibilidade, tendo em vista a renúncia do querelante.
- Ⓔ juiz determinar que o cônjuge da vítima prossiga na ação penal.

**QUESTÃO 27**

Julgue os itens a seguir.

- I Passadas 24 horas após a consumação de um crime, cessa o estado de flagrância.
- II A sentença que ordena o arquivamento do inquérito policial produz coisa julgada.
- III Autuado em flagrante delito e tendo mantida sua prisão pelo delegado de polícia por se tratar de crime inafiançável, o preso deve impetrar *habeas corpus* perante o juiz de direito.
- IV A indivisibilidade da ação é princípio inerente às ações penais públicas e privadas.
- V O recurso em sentido estrito apresenta, inicialmente, efeito regressivo, pois existe a possibilidade de retratação do juiz.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e V.
- Ⓔ IV e V.

**QUESTÃO 28**

Maria, vítima de estupro e juridicamente pobre, representou contra o autor do delito.

Nessa situação hipotética, por se tratar de crime de ação penal pública condicionada, a representação será retratável

- Ⓐ durante o curso da ação penal.
- Ⓑ até a sentença do juiz de primeiro grau.
- Ⓒ antes do oferecimento da denúncia.
- Ⓓ até o trânsito em julgado da sentença.
- Ⓔ antes do recebimento da denúncia.

**QUESTÃO 29**

Durante o inquérito policial, a autoridade policial suspeitou que o acusado fosse portador de deficiência mental. Nesse caso, o exame de insanidade mental a ser realizado no acusado será ordenado pelo(s)

- Ⓐ defensor.
- Ⓑ Ministério Público, de ofício.
- Ⓒ delegado de polícia, de ofício.
- Ⓓ juiz.
- Ⓔ ascendentes, descendentes, irmão ou cônjuge.

**QUESTÃO 30**

Acerca da prisão temporária, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Tem natureza cautelar.
- Ⓑ Somente é admissível no inquérito policial.
- Ⓒ No caso de crime hediondo, terá o prazo, improrrogável, de 30 dias.
- Ⓓ É vedado ao juiz decretá-la de ofício logo após ter anulado o auto de prisão em flagrante.
- Ⓔ Representando o delegado de polícia pela prisão temporária, o juiz deve prolatar o despacho em 24 horas.

**QUESTÃO 31**

Um promotor de justiça, ao atuar em um processo, discordou da sentença condenatória que concedera o *sursis* ao acusado. Nesse caso, para obter o cancelamento de tal benefício, ele deve interpor

- A) apelação.
- B) carta testemunhável.
- C) recurso em sentido estrito.
- D) embargos infringentes.
- E) embargos declaratórios.

**QUESTÃO 32**

Considere, por mera hipótese, que, fora do uso de suas atribuições e por motivos particulares, um promotor de justiça, atuando em Tocantins, discutisse e travasse luta corporal com um indivíduo, em uma praça na cidade de Palmas, e que, em razão de ferimentos graves ocasionados o indivíduo morresse. Nessa hipótese, o representante do Ministério Público deveria ser julgado perante o(a)

- A) tribunal do júri.
- B) justiça federal.
- C) Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região.
- D) tribunal estadual de Tocantins.
- E) Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região.

**QUESTÃO 33**

Assinale a opção **incorreta**.

- A) A norma processual penal tem aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B) O prazo para oferecer defesa preliminar, anterior ao recebimento da denúncia, é de 3 dias para o funcionário público acusado da prática de crime de responsabilidade funcional afiançável.
- C) É defeso à autoridade policial instaurar, de ofício, inquérito relativo a crime a que somente se procede mediante queixa.
- D) Da decisão que rejeitar a denúncia ou queixa, deve-se interpor o recurso em sentido estrito.
- E) É facultado ao juiz determinar, de ofício, a produção de provas.

**QUESTÃO 34**

Proferida sentença penal por juiz de primeira instância, em ação penal pública, o recurso de apelação deve ser interposto pelo

- A) próprio réu ou respectivo procurador, em 15 dias.
- B) assistente da acusação, em 5 dias.
- C) Ministério Público, em 8 dias.
- D) Ministério Público, em 3 dias, em caso de infração de menor potencial ofensivo.
- E) ofendido, mediante petição, em 15 dias, desde que esgotado o prazo para que o Ministério Público o faça.

**QUESTÃO 35**

Assinale a opção correta acerca das disposições pertinentes à execução penal.

- A) Remição é a concessão de cumprimento de pena em regime semi-aberto, após já ter sido cumprido um terço da pena em regime fechado.
- B) A execução penal compete apenas ao juiz previamente indicado na lei de organização judiciária local.
- C) A Lei de Execução Penal não consagra o princípio da reserva legal, ocorrendo falta ou sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.
- D) Admite-se o recolhimento do condenado em regime aberto, em sua residência, se ele contar com mais de 70 anos de idade.
- E) Para a prestação de trabalho externo a ser autorizado pela direção do estabelecimento carcerário, exige-se o cumprimento mínimo de um terço da pena.

**QUESTÃO 36**

O juiz, ao deferir o pedido de livramento condicional ao condenado, sempre imporá obrigações a que ficará subordinado tal benefício. Para obter tal benefício, o condenado será obrigado a

- A) obter ocupação lícita, se for apto para o trabalho, e a não mudar de residência sem comunicação ao juiz.
- B) não mudar do território da comarca do juízo de execução, sem prévia autorização, e a obter ocupação lícita, se for apto para o trabalho, comunicando-a periodicamente ao juiz.
- C) obter ocupação lícita, se for apto para o trabalho, comunicando-a ao juiz, e a não freqüentar determinados lugares.
- D) não mudar de residência sem comunicação ao juiz e a não freqüentar os lugares fixados pelo juiz.
- E) não mudar de residência sem comunicação ao juiz e a recolher-se à habitação em hora fixada.

**QUESTÃO 37**

Julgue os itens a seguir.

- I O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade deve ser submetido a exame criminológico, caso esteja no regime fechado ou semi-aberto.
- II Para a progressão do regime fechado para o semi-aberto, o condenado deve ter cumprido no mínimo um sexto da pena imposta na sentença ou do total de penas, no caso de várias execuções.
- III Ao Ministério Público incumbe requerer a aplicação e revogação de medida de segurança.
- IV A casa do albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime semi-aberto e a colônia agrícola, ao cumprimento de pena em regime aberto.
- V Transitada em julgado a sentença, o juiz da execução deve ordenar a expedição de guia de recolhimento do condenado, bem como estabelecer o regime em que será iniciado o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e V.
- E III, IV e V

**QUESTÃO 38**

Assinale a opção cujo fragmento de texto esteja correto de acordo com a escrita-padrão culta.

- A A praia à qual costumamos ir nas férias está vazia nesta época do ano.
- B Compramos o livro a cujo o autor você se referiu em sua palestra.
- C Por coincidência, ele saiu do prédio e tomou o carro que ela viajou até ali.
- D A discussão recrudescia exatamente nos momentos onde nós tínhamos mais certeza de haver consenso.
- E Os funcionários que os familiares próximos tivessem viajado nos dias anteriores ficavam de quarentena.

**QUESTÃO 39**

Assinale a opção cujo fragmento de texto está correto quanto à pontuação.

- A Em face de uma estrutura administrativa esclerosada; de um sistema tributário retrógrado; de um sistema previdenciário que permite fantásticos privilégios para burocratas e políticos; de um endividamento excessivo do poder público em suas 5.500 entidades federativas; e, por fim da inconfiabilidade que provoca no país e fora, o Estado brasileiro, presta poucos serviços sociais e educacionais à sociedade.
- B Não é sem razão que, no relatório da ONU, o Brasil ocupa posições extremamente negativas: 69.º lugar em qualidade de vida (entre 144 países), 44.º em desenvolvimento tecnológico (entre 52), ou seja, índices inferiores aos de muitas nações da Ásia e da América Latina.
- C O constituinte, percebendo tal fragilidade na arcaica Federação Brasileira assegurou imunidade tributária às entidades sociais e educacionais sem fins lucrativos que pudessem suprir aquela função estatal que o Estado deveria desempenhar, com os tributos que recebe do povo, mas que não executa ou executa mal.
- D Está assim redigido, o artigo 150 inciso VI, letra “c” da Constituição da República. “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)”.
- E Sendo a imunidade uma vedação absoluta, ao poder de tributar, nitidamente não pode ficar ao sabor dos humores do poder público, às voltas permanentemente, com déficits de caixa para sustentar o arcabouço arcaico de sua formatação constitucional.

Opções adaptadas de *Panorama da Justiça*. Ano IV, n.º 31, p. 12.

**QUESTÃO 40**

Assinale a opção cujo fragmento de texto está correto quanto à acentuação, à grafia, à regência e à concordância.

- A Estudioso dos efeitos que a violência urbana e a corrupção tem causado no imaginário do brasileiro, um psicanalista pernambucano alerta para às armadilhas do pânico, desmonta o mito de que “este país não presta” e aposta nos meios legais.
- B A violência segue regras próprias. Ao expor as pessoas à constantes ataques à sua integridade física e moral, começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Episódios truculentos e situações-limite passam a ser imaginados e repetidos com o fim de caucionar à idéia de que só a força resolve conflitos.
- C A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitido, cria expectativas e fornece a convicção tácita de que o crime e a brutalidade é inevitável.
- D Sua proliferação indiscriminada mostra que as leis perderam o poder normativo e os meios legais de coersão, a força que deveriam ter. Nesse vácuo, indivíduos e grupos passam a arbitrar o que é justo ou injusto, segundo decisões privadas, dissociadas de princípios éticos válidos para todos.
- E Como e por que estamos nos familiarizando com a violência, tornando-a nosso cotidiano? Em primeiro lugar, é preciso que a violência se torne corriqueira para que a lei deixe de ser concebida como o instrumento de escolha na aplicação da justiça.

Opções adaptadas de Jurandir F. Costa. *In: Veja* 25 anos, 1993, p. 83-4.



**GRUPO 3**  
**DIREITO CIVIL, DIREITO TRIBUTÁRIO,**  
**DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO COMERCIAL**

**QUESTÃO 41**

Com referência aos contratos, julgue os itens a seguir.

- I No contrato de adesão, os contratantes sofrem limitação na liberdade de contratar em razão da função social do contrato. O mesmo não acontece nos contratos paritários, em que as partes têm liberdade contratual plena.
- II O princípio da boa-fé objetiva implica o dever das partes de agir com boa-fé, sem o intuito de prejudicar ou de obter vantagens indevidas, desde as tratativas iniciais até a formação, a execução e a extinção do contrato.
- III Os contratantes podem resilir bilateralmente um contrato de trato sucessivo por meio de um distrato, ou seja, podem estabelecer um contrato modificativo com eficácia retroativa.
- IV Ante a impossibilidade de cumprimento obrigacional pela onerosidade excessiva, deve a parte prejudicada requerer judicialmente a revisão do contrato, podendo a outra parte opor-se a esse pedido, pleiteando a resolução do contrato sem pagamento de qualquer indenização.
- V O desequilíbrio econômico do contrato não é motivo suficiente para que ele possa ensejar sua modificação ou resolução no interesse da comutatividade dos contratos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.                      **C** II e III.                      **E** IV e V.  
**B** I e IV.                      **D** II e IV.

**QUESTÃO 42**

Acerca do patrimônio no casamento e na união estável, assinale a opção correta.

- A** No processo de habilitação, os nubentes, por meio de pacto antenupcial, desde que não exista impedimento definido em lei, poderão livremente estipular quanto aos seus bens, escolhendo o regime patrimonial que satisfaça as necessidades do casal.
- B** O cônjuge casado sob o regime da separação legal de bens não poderá ser herdeiro de seu cônjuge pré-morto.
- C** Desejando os companheiros que não vigore entre eles o regime da comunhão parcial de bens, ou seja, comunhão dos aquestos, deverão celebrar contrato escrito, a qualquer momento, podendo, inclusive, estipular, em relação a cada bem, o que melhor lhes aprouver.
- D** O cônjuge sobrevivente, enquanto não constituir uma nova família, terá direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família, desde que esse bem seja o único daquela natureza a ser inventariado.
- E** A instituição do bem de família pode ser feita pelos cônjuges, companheiros ou terceiros por meio de instrumento público ou particular.

**QUESTÃO 43**

Com referência à posse, julgue os itens que se seguem.

- I Configurada a boa-fé do possuidor que tenha realizado no imóvel alheio benfeitorias ou acessões, impõe-se o dever de indenização por parte do titular do domínio, assim como o direito à retenção do bem pelas benfeitorias e acessões produzidas pelo possuidor ou detentor.
- II Somente as benfeitorias necessárias e úteis são passíveis de indenização e asseguram ao possuidor de boa-fé o direito de retenção. As acessões erigidas pelo possuidor de boa-fé em terreno alheio, embora passíveis de indenização, não conferem ao possuidor o direito de retenção do imóvel até seu efetivo pagamento.
- III O possuidor não deverá ser mantido na posse se, contra ele, for exibido título de propriedade ou outro título de posse, que possa ser considerado melhor que o seu.
- IV Se uma pessoa adquiriu a posse do bem por meio de autorização verbal concedida pela proprietária, não há que se falar em posse justa, em face do vício no modo de sua aquisição.
- V A posse direta se confunde com a detenção, pois o detentor exerce atos possessórios enquanto o proprietário exerce a posse indireta sobre o bem objeto da relação jurídica.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.                      **C** II e III.                      **E** IV e V.  
**B** I e V.                      **D** II e IV.

**QUESTÃO 44**

Gastão e Leonora, casados entre si, no regime da comunhão parcial de bens, faleceram simultaneamente em um acidente, não deixando testamento. Gastão possuía dois filhos de uma união já desfeita, deixando também os pais. Leonora não deixou ascendentes nem descendentes, mas deixou como colaterais dois tios. O casal possuía um apartamento, dois carros e uma propriedade rural. Gastão não deixou bens particulares, enquanto Leonora deixou uma casa residencial.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Os bens adquiridos na constância do casamento caberão com exclusividade aos filhos de Gastão.
- B** O bem particular de Leonora deverá ser partilhado entre os filhos de Gastão e seus parentes colaterais.
- C** Somente os pais e os filhos de Gastão terão direito à herança, pois Gastão transmitiu aos mesmos o seu direito hereditário nos bens da esposa.
- D** Os parentes colaterais de Leonora receberão a casa residencial, que será repartida em duas partes iguais.
- E** Todos os bens descritos acima serão recebidos pelos filhos de Gastão, em partes iguais.

**QUESTÃO 45**

O Banco S.A. propôs ação monitória contra Gertrudes, alegando, em síntese, que celebrou com a ré contrato de renegociação de dívida, por força do qual esta teria dado em garantia nota promissória no valor de R\$ 15.000,00. Sustentou que o fato de a dívida originária estar prescrita e de ter havido pagamento parcial da mesma não era óbice à renegociação. Aduziu, ainda, que a obrigação não foi satisfeita pela ré e que, na data da propositura da ação, seu crédito alcançava a cifra de R\$ 20.000,00.

Citada, a ré opôs embargos à monitória, argüindo a nulidade de cláusulas, tanto do contrato de renegociação como do contrato originário de abertura de crédito, e a prescrição do valor originariamente contratado. Por fim, impugnou o valor cobrado em face da exorbitância da taxa de juros e pleiteou a repetição do indébito.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a revisão dos contratos que deram origem à composição da dívida no que se refere a eventuais ilegalidades do que foi pactuado, pois o contrato originário foi extinto pela novação.
- Ⓑ Não assiste ao Banco S.A. o direito de proceder à cobrança, pois a dívida originária estava prescrita, não sendo, portanto, hábil para embasar contrato de renegociação de operações de crédito.
- Ⓒ O *animus novandi* encontra-se suficientemente demonstrado pela conduta do devedor ao firmar contrato de renegociação de dívida, extinguindo a obrigação anterior e constituindo nova, com a peculiaridade de fornecer nova garantia do pagamento da dívida.
- Ⓓ É vedada a prática de juros acima do limite constitucional de 12% a.a.
- Ⓔ No caso de contrato de abertura de crédito, o pedido de repetição do indébito pago voluntariamente deve ser julgado improcedente, pois caberia ao autor demonstrar a prova do erro no pagamento.

**QUESTÃO 46**

Com referência à propriedade, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A nova lei civil criou uma modalidade de perda de direito da propriedade, mediante arbitramento judicial de indenização, na hipótese de prolongado abandono do imóvel de extensa área por seu titular, aliado à posse coletiva qualificada pela função social por um período mínimo de cinco anos.
- Ⓑ O usucapião é modo originário de aquisição da propriedade imobiliária, tornando-se o possuidor, por meio dele, proprietário a partir do instante em que se completa o lapso temporal exigido em lei, preenchidas as demais exigências legais.
- Ⓒ Cabe ao comprador de unidade em condomínio edilício a responsabilidade de saldar os débitos da unidade que comprou, por se tratar de uma obrigação *propter rem* (em virtude da coisa).
- Ⓓ Acesso é o direito em razão do qual o proprietário de um bem passa a adquirir a propriedade de tudo aquilo a que nele adere.
- Ⓔ A escritura de compra e venda de imóvel opera a transferência do domínio, sendo a transcrição, que tem valor absoluto, imprescindível para valer contra terceiros.

**QUESTÃO 47**

Com referência aos direitos reais em coisa alheia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A servidão predial, que tem como pressuposto a existência de dois prédios vizinhos, o serviente e o dominante, pertencentes a donos diversos ou não, consiste na obrigação de possibilitar a utilização mais cômoda do prédio dominante.
- Ⓑ Se o usufruto simultâneo for instituído juntamente com cláusula de direito de crescer, aos usufrutuários sobreviventes serão acrescidas as parcelas dos que vierem a falecer, só retornando a propriedade desonerada ao nu-proprietário no instante que o último usufrutuário falecer.
- Ⓒ O bem de família voluntário instituído na forma exposta no Código Civil não é inalienável, apenas impenhorável, podendo, portanto, ser hipotecado.
- Ⓓ Podem os contratantes validamente firmar convenção acessória que autorize o credor de dívida garantida por penhor a ficar com a coisa dada em garantia, se a prestação não for cumprida no vencimento.
- Ⓔ O direito ao usufruto é inalienável e intransmissível, não podendo, portanto, o usufrutuário ceder a exploração da coisa a terceiro.

**QUESTÃO 48**

Em relação à teoria geral dos títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

- I A existência da cártula é indispensável ao exercício do direito nela contido; portanto, para se exigir o cumprimento da obrigação, deve o credor demonstrar sua condição mediante a apresentação do título ao devedor, na via original ou por meio de cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas.
- II Tem-se um título à ordem sempre que a cártula traz a indicação do beneficiário do crédito ali inscrito e por ela representado, permitindo-se que o pagamento se faça a outrem, à ordem do beneficiário nomeado no documento.
- III O endosso em branco ocorre quando o endossante indica e identifica o endossatário, podendo este colocar o seu nome ou transferir o título por simples tradição, que passa a circular como ao portador.
- IV Aplica-se aos títulos de crédito a regra geral do Código Civil segundo a qual o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda que fique provado posteriormente que ele não era credor.
- V Não havendo identificação do credor na cártula, nem havendo um registro ao qual ela remeta, expressamente ou em virtude de lei, aquele que porta o título é considerado seu credor; portanto, basta-lhe apresentar o título para exigir o cumprimento da obrigação representada pela cártula.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e V.
- Ⓔ IV e V.

**QUESTÃO 49**

Assinale a opção **incorreta**.

- A** O parentesco por afinidade circunscreve-se apenas entre os parentes consanguíneos do cônjuge ou companheiro e os parentes consanguíneos do outro cônjuge ou companheiro. Sendo a afinidade um vínculo estritamente pessoal, os afins de um cônjuge ou companheiro não são afins entre si.
- B** De acordo com o princípio da *saisine*, adotado pelo Código Civil, a sucessão hereditária transmite a posse e a propriedade aos herdeiros tão logo ocorra a morte.
- C** Pelo Código Civil, um prazo prescricional diminuído de 20 para 3 anos será regido pela disposição antiga (20 anos) se já houver passado metade do prazo; caso contrário, aplica-se a nova disposição a partir da entrada em vigor do Código (3 anos).
- D** Considere a seguinte situação hipotética. Após acidente automobilístico, o acidentado, chegando ao hospital de ambulância, com sério risco de dano à sua integridade e necessitando de urgente atendimento médico, foi instado por funcionário do hospital a emitir cheque-caução para ser atendido. Nessa situação, a emissão pode ser anulada com base na alegação de estado de perigo.
- E** A cessão de direitos, a título singular, sobre imóvel certo e determinado, antes de ajuizada a ação de inventário ou arrolamento, poderá ser feita pelo conjunto de todos os herdeiros ou pelo co-herdeiro isoladamente.

**QUESTÃO 50**

Em relação à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A** O seqüestro de um cliente ocorrido no estacionamento de supermercado constitui caso fortuito que exclui por completo a responsabilidade do empresário pelos danos advindos à vítima, uma vez que causados por agente estranho aos quadros da empresa e decorrentes de evento inevitável, mesmo diante das medidas de segurança que se pode dela razoavelmente exigir.
- B** Em caso de responsabilidade civil por atropelamento, havendo concorrência de culpas do agente do dano e da vítima, deve cada parte suportar os prejuízos sofridos, ocorrendo, portanto, a compensação dos danos.
- C** Em se tratando de empresa permissionária de transporte coletivo, a responsabilidade civil é subjetiva, havendo que se investigar existência de culpa do condutor do veículo e da vítima.
- D** Se a sentença cível transitada em julgado reconhecer a existência do fato danoso, o nexo de causalidade e a culpa do agente, condenando-o a reparar os danos, essas matérias não poderão mais ser questionadas na justiça criminal.
- E** O construtor responde objetivamente pela solidez e segurança da obra efetuada pelo prazo decadencial de 5 anos. Assim, mesmo havendo defeito de construção constatado no referido período, o proprietário deverá acionar o construtor para pleitear a reparação de danos dentro desse prazo.

**QUESTÃO 51**

Assinale a opção correta.

- A** Somente a partir da edição do novo Código Civil ficou instituída a absoluta igualdade entre os filhos, não mais se distinguindo entre filhos adulterinos, adotados e legítimos.
- B** Ocorrendo a renúncia da herança, o herdeiro é tratado como se nunca estivesse existido e a sua quota acresce aos demais da mesma classe, pois não se representa herdeiro renunciante.
- C** Pelo Código Civil, a simulação, a fraude, o dolo e o erro são vícios que ensejam a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- D** Em qualquer hipótese, o cônjuge terá o direito de concorrer com os descendentes do *de cuius*.
- E** Proferida a sentença de declaração de vacância, os bens que compõem a herança são incorporados imediatamente pelo Estado.

**QUESTÃO 52**

Assinale a opção correta.

- A** A partir da edição do novo Código Civil, a adoção de maiores não pode mais ser feita por escritura pública, devendo ser deferida por sentença judicial.
- B** Não se admite venda de imóvel feita por contrato no qual conste a extensão da área objeto do negócio de forma somente enunciativa, já que a menção à medida é circunstância essencial desse tipo de contrato.
- C** Somente são devidos alimentos entre parentes na linha reta, inexistindo tal obrigação entre colaterais.
- D** A guarda é atributo essencial do poder familiar, não se admitindo que este possa subsistir sem aquela. Entretanto, é possível deferir-se a guarda a quem não detém o poder familiar.
- E** O usucapião somente pode ser deduzido como defesa em ação reivindicatória ou possessória se estiver declarado por sentença judicial.

**QUESTÃO 53**

No que tange ao ICMS, a Constituição Federal conferiu à lei complementar a competência para tratar de diversas matérias, entre as quais **não** se enquadra a

- A** definição dos combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.
- B** previsão dos casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias.
- C** normatização da seletividade do imposto.
- D** disciplina do regime de compensação do imposto.
- E** fixação, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, do local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços.

**QUESTÃO 54**

Entre as espécies tributárias contempladas na Constituição Federal de 1988, estão as contribuições especiais. Quanto a esses tributos, assinale a opção **incorreta**.

- A** São de competência exclusiva da União, porém há exceção a essa regra.
- B** Em regra, estão submetidos ao princípio da anterioridade, portanto, somente podem ser cobrados no exercício seguinte ao da publicação da lei que os instituir ou aumentar, porém há exceção a essa regra.
- C** As contribuições sociais podem ter alíquota *ad valorem* ou específica.
- D** As contribuições de intervenção no domínio econômico somente podem ter alíquota *ad valorem*.
- E** Os municípios e o Distrito Federal podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

**QUESTÃO 55**

Na defesa dos consumidores, um aspecto primordial é a definição do que é consumidor e fornecedor. Em conformidade com as normas aplicáveis, assinale a opção **incorreta** com relação a esses conceitos.

- A O estado do Tocantins, por ser pessoa jurídica de direito público, não pode ser enquadrado no conceito de consumidor.
- B Um mesmo estabelecimento comercial pode ser fornecedor e consumidor em operações distintas.
- C A coletividade também pode ser equiparada a consumidor, quando intervier nas relações de consumo.
- D Quando uma concessionária de energia elétrica fornece um produto aos cidadãos, submete-se ao Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- E Uma indústria asiática que exporta produtos para o Brasil enquadra-se no conceito de fornecedor.

**QUESTÃO 56**

Em conformidade com o CDC, assinale a opção que **não** corresponde a um ditame normativo relativo ao Ministério Público.

- A A instituição de promotorias de justiça de defesa do consumidor insere-se no contexto da Política Nacional das Relações de Consumo.
- B O Ministério Público pode, a requerimento de qualquer coletividade, ajuizar a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto no CDC, porém não é admitida a atuação do Ministério Público a pedido de consumidor individual.
- C No processo penal atinente aos crimes previstos no CDC, a União pode intervir como assistente do Ministério Público.
- D Tanto o Ministério Público como o Distrito Federal é legitimado para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas.
- E Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos que não tenham sido ajuizadas pelo Ministério Público, a ele caberá, de ofício, a atuação como fiscal da lei.

**QUESTÃO 57**

A ordenação normativa sobre o Ministério Público compreende, entre outras, a Lei n.º 6.825/1993 — Lei Orgânica Nacional do Ministério Público —, que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados. Entre seus dispositivos, essa lei acrescenta às funções do Ministério Público, em matéria de relações de consumo, o(a)

- A promoção de ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição estadual, relativamente às relações de consumo.
- B promoção, privativa, da ação penal pública sobre consumo.
- C promoção do inquérito civil e a ação civil pública, para a reparação dos danos causados ao consumidor.
- D ingresso em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores públicos omissos que compõem o sistema de proteção ao consumidor.
- E interposição de recursos em ações civis relativas a consumo, iniciadas por entes privados.

**QUESTÃO 58**

A Lei n.º 7.347/1985 veio disciplinar a ação civil pública de responsabilidade por danos causados a diversos setores e valores da sociedade, entre eles, ao consumidor. Entre seus dispositivos, encontra-se o estabelecimento de normas sobre a legitimidade para a propositura de ação civil pública. As instituições legitimadas para essa propositura **não** incluem

- A autarquia que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor.
- B sociedade de economia mista que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor.
- C empresa pública que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor.
- D associação que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente ao consumidor.
- E sindicato que esteja constituído há pelo menos um ano, nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor.

**QUESTÃO 59**

A personalidade jurídica de uma sociedade nasce pelo registro de seus atos constitutivos. A lei prevê, também, as formas pelas quais se promove a dissolução dessa mesma sociedade. Considere, hipoteticamente, duas sociedades — Alfa e Beta —, constituídas, respectivamente, como sociedade por prazo determinado e como sociedade por prazo indeterminado. Com base nessa situação, assinale a opção que contém o exemplo que, ocorrendo, **não** promove a dissolução da sociedade.

- A Venceu o prazo de duração da sociedade Alfa, e a sociedade entrou em liquidação.
- B Venceu o prazo de duração da sociedade Alfa, e a sociedade não entrou em liquidação, apesar de um dos sócios opor-se à continuidade.
- C Houve reunião dos sócios da sociedade Beta, e esses, em consenso dos representantes de 90% do capital, decidiram pela dissolução.
- D Transcorreu o prazo de 90 dias do falecimento de um dos dois únicos sócios da sociedade Beta, sem que fosse reconstituída a pluralidade de sócios.
- E Ocorreu a extinção da autorização de funcionamento da sociedade Beta, exigida por lei.

**QUESTÃO 60**

De acordo com sua gravidade, os crimes falimentares são punidos com detenção ou reclusão. A lei comina pena de detenção para o(a)

- A simulação de capital para obtenção de maior crédito.
- B abuso de responsabilidade de mero favor.
- C ocultação de bens da massa.
- D pagamento antecipado de alguns credores em prejuízo de outros.
- E simulação de despesas.

**GRUPO 4**  
**DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO SANITÁRIO, DIREITO DA CRIANÇA**  
**E DO ADOLESCENTE E DIREITO AMBIENTAL**

**QUESTÃO 61**

Quanto aos prazos e formas processuais, assinale a opção correta.

- A Quando não há funcionamento do fórum, com paralisação dos trabalhos forenses por vários dias, como acontece com a de Carnaval, os prazos são suspensos durante os dias de recesso, voltando a correr no primeiro dia útil seguinte.
- B A citação feita durante as férias não é nula, mas sua eficácia ficará protelada para após a retomada dos serviços forenses.
- C Se a parte fundar seu direito ou defesa na inconstitucionalidade de lei, poderá propor ação declaratória incidental para que a decisão acerca da inconstitucionalidade, fundamento do pedido ou defesa, torne-se apta a produzir coisa julgada material.
- D É nula a sentença proferida nas férias, se a causa não tiver, legalmente, curso no recesso forense.
- E Quando a intimação é feita durante as férias, começa a correr o prazo para a parte no primeiro dia útil após o recesso.

**QUESTÃO 62**

Em relação a processo e procedimento, julgue os itens a seguir.

- I Só é legítima a intervenção do órgão do Ministério Público nas ações de alimentos se um dos pólos for ocupado por incapaz, seja por ainda não haver atingido a maioria civil, seja por ter sido interditado.
- II É nula a sentença na parte em que impõe à parte vencida, beneficiária da justiça gratuita, condenação em custas e honorários.
- III O juízo cível é competente para processar feito proposto pelo rito sumário ainda que a hipótese estivesse entre aquelas de competência do juizado especial cível, cabendo ao autor a faculdade de optar pela justiça comum ou pelo juizado especial.
- IV Competente para julgar ação revisional de alimentos é o juízo que decidiu a ação de alimentos cuja revisão é pleiteada, aplicando-se à hipótese a determinação da prevenção decorrente da conexão entre os feitos.
- V O advogado de sindicato que assiste parte beneficiária da justiça gratuita não faz jus à prerrogativa da intimação pessoal e tampouco à duplicação do prazo recursal.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

**QUESTÃO 63**

Com referência ao mandado de segurança, à ação popular e à ação civil pública, assinale a opção correta.

- A Se o fato alegado pelo impetrante, no mandado de segurança, não estiver comprovado de plano, exigindo dilação probatória, a hipótese é de falta de direito líquido e certo, devendo o feito ser extinto com julgamento de mérito.
- B Ao estado-membro e ao município é reconhecida a legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo na defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos daqueles que residem em seu território, em face de ato de autoridade federal.
- C É cabível ação civil pública para obstar a cobrança de tributos, configurada, na hipótese, a existência de interesse coletivo a autorizar o uso daquela via processual.
- D A sentença que julga a ação popular improcedente por deficiência de prova, uma vez transitada em julgado, terá eficácia *erga omnes*, impedindo a renovação da mesma ação, com idêntico fundamento, por qualquer cidadão; daí o cuidado do legislador ao determinar sempre a participação do *parquet* nas ações populares.
- E No mandado de segurança, legitimado para interpor recurso da sentença concessiva da ordem é a pessoa jurídica de direito público a quem se vincula a autoridade coatora, sendo vedada a esta a legitimidade recursal.

**QUESTÃO 64**

Em relação à legitimação e às ações civis públicas (ACPs), assinale a opção **incorreta**.

- A O Ministério Público tem legitimidade para propor ação de investigação de paternidade em favor de menor, mas não tem legitimidade para ajuizar ação individual em benefício do consumidor lesado.
- B O Ministério Público está legitimado a defender os interesses do consumidor, sejam tais interesses difusos, coletivos ou, ainda, individuais homogêneos.
- C Nas ações indenizatórias fundadas na responsabilidade objetiva, propostas pelo consumidor, pode o fornecedor denunciar a lide para discutir a culpa daquele que deve indenizá-lo em regresso.
- D Admite-se o chamamento ao processo somente na hipótese de haver seguro por parte do fornecedor, de sorte a propiciar a condenação da seguradora solidariamente com ele.
- E ACP proposta contra empresa pública federal tramita perante a justiça federal ainda que o dano tenha ocorrido em outra localidade que não for sede de justiça federal.

**QUESTÃO 65**

No que se refere à cautelar e à tutela antecipada, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Somente em caráter excepcional, e para coibir abuso manifesto e teratologia, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) admite medida cautelar antes de interposto o recurso especial.
- Ⓑ No processo cautelar, o princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte é mitigado em favor do princípio da fungibilidade, sendo lícito ao juiz conceder medida diversa daquela requerida pelo autor.
- Ⓒ Se a causa principal estiver no tribunal, em grau de recurso, a medida cautelar será interposta perante o juízo de segundo grau e não perante o juízo *a quo* que tenha decidido a causa.
- Ⓓ De regra, o pedido cautelar, diferentemente do que ocorre com a tutela antecipada, é processado em apartado e apenso aos autos principais.
- Ⓔ Nas causas em que há menores, ou em que o direito em discussão é indisponível, é vedada a concessão de tutela antecipada, tendo em vista a possível irreversibilidade da medida.

**QUESTÃO 66**

Em relação aos recursos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Acórdão proferido em apelação cível que tenha, por maioria, repellido alegação de prescrição, modificando a sentença de primeiro grau, e, no mérito, por unanimidade, tenha julgado procedente a ação, deve ser atacado, simultaneamente por embargos infringentes, quanto à parte por maioria, e por recurso extraordinário ou recurso especial, quanto à parte unânime, ficando o julgamento destes últimos sobrestados até que se julguem os embargos.
- Ⓑ Decisão da turma ou câmara que, no julgamento de apelação, decida pelo improvimento do recurso, confirmando a sentença que reconheceu a inconstitucionalidade de lei em sua fundamentação antes que qualquer tribunal houvesse se pronunciado a respeito, será nula se não houver observado a regra relativa ao incidente de inconstitucionalidade, que determina a suspensão da sessão de julgamento para que o órgão especial ou o pleno decida sobre a questão da inconstitucionalidade.
- Ⓒ O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer em ação acidentária se o segurado estiver assistido por advogado.
- Ⓓ De regra, é cabível medida cautelar perante o STJ ou o Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de obter efeito suspensivo a recurso constitucional, ainda que este ainda não tenha sido interposto no órgão *a quo*.
- Ⓔ Tendo em vista os princípios da demanda, da inércia e do dispositivo, é vedado ao tribunal conhecer de preliminares relativas à admissibilidade recursal se o recorrido não houver suscitado a questão em suas contra-razões.

**QUESTÃO 67**

Ainda em relação aos recursos, assinale a opção correta.

- Ⓐ No julgamento dos recursos, há nítida cisão da competência entre o juízo *a quo* — que exerce o controle tão-somente da admissibilidade recursal — e do juízo *ad quem* — responsável apenas pelo julgamento do mérito do recurso.
- Ⓑ O princípio da insignificância e da economia processual excluem o interesse recursal da parte que, saindo vencedora da demanda, tenha decaído de parte mínima do pedido, não se justificando, por isso, a interposição de recurso para obter a pequena parte em relação à qual não obteve êxito.
- Ⓒ O pedido de reconsideração endereçado ao juiz não suspende o prazo de interposição do agravo contra as decisões que são objeto da reconsideração solicitada.
- Ⓓ Nos pleitos em que um dos pólos é ocupado pela fazenda pública, havendo sucumbência recíproca, o vencido pode aderir ao reexame obrigatório da sentença se a fazenda não recorrer voluntariamente.
- Ⓔ Sentenciado o feito, no qual houve intervenção do *parquet*, este será sempre intimado antes das partes para dizer se tem interesse em recorrer. Somente após o esgotamento do prazo recursal para o Ministério Público é que as partes serão intimadas da sentença.

**QUESTÃO 68**

Julgue os itens a seguir, relativos à sentença e ao processo de execução.

- I O entendimento do STJ é no sentido de que, havendo cumulação de pedido de investigação de paternidade e de alimentos, estes serão devidos a partir da sentença condenatória, quando foi juridicamente atribuída ao réu a paternidade do autor, tornando-o responsável pelo sustento deste.
- II Em embargos à execução — excetuada a nova hipótese de inexigibilidade do título advinda de pronunciamento do STF acerca de constitucionalidade de lei que fundamentou a sentença — somente se admite alegação de vício anterior à sentença condenatória, salvo em caso de nulidade de citação, hipótese que torna desnecessária a propositura de ação rescisória contra a sentença condenatória.
- III Se, no curso da execução que tramita perante o juízo estadual, forem opostos embargos de terceiro pela União, a competência não se deslocará para a justiça federal, porque o juízo da execução atrai os processos acessórios, tais como embargos do devedor, embargos de terceiro e cautelares incidentais.
- IV Na execução de alimentos, prevalece a regra de competência do art. 100, II do CPC (foro do domicílio do alimentando), em relação àquela do artigo 575, II, a qual estabelece que a execução fundada em título judicial é processada perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.
- V A regra de preferência pela anterioridade da penhora cede ao princípio da *par conditio creditorum* se, no curso da execução, e já penhorado o bem, o devedor vier a ter sua falência decretada em outro processo.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e V.
- Ⓑ I, III e IV.
- Ⓒ I, III e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ II, IV e V.

**QUESTÃO 69**

Em relação à declaração de inconstitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- I Juiz que, de ofício, deixe de aplicar determinada norma, invocada pelas partes como fundamento do pedido ou da defesa, declarando incidentalmente sua inconstitucionalidade, viola o princípio da demanda ou da adstrição ao pedido.
- II O STJ pode proceder de ofício ao exame da constitucionalidade da norma quando julga recurso especial, sendo desnecessário, em tal hipótese, que a questão seja prequestionada.
- III O juiz de primeiro grau, para reconhecer incidentalmente a inconstitucionalidade de lei, deverá valer-se do incidente de inconstitucionalidade, tendo em vista “o princípio da reserva de plenário”, previsto no art. 97 da Constituição da República.
- IV Se a turma do STJ decidir pela inconstitucionalidade da norma aplicável ao caso concreto, no julgamento do recurso especial, deverá observar a regra do art. 97 da Constituição da República, que determina que o julgamento da constitucionalidade somente será feito pelo órgão especial ou pelo pleno do tribunal, jamais pelo órgão fracionário, se não houver pronunciamento anterior sobre a questão.
- V Tendo o julgamento do incidente de inconstitucionalidade como fim a composição do acórdão do órgão onde ele foi suscitado, somente a decisão desse órgão dá ensejo à interposição de recurso ordinário ou extraordinário, e não a decisão do plenário, que resolve o incidente de inconstitucionalidade.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e IV.
- C I, III e V.
- D II, IV e V.
- E III, IV e V.

**QUESTÃO 70**

Quanto aos recursos, assinale a opção **incorreta**.

- A No julgamento da apelação, o tribunal só pode reexaminar de ofício questão decidida pelo juiz no curso do processo, relativa a condições da ação ou pressupostos processuais, se a parte prejudicada pela decisão houver interposto recurso de agravo retido.
- B O princípio do dispositivo, não aplicável às hipóteses de reexame obrigatório da sentença, é aplicável em relação a todos os recursos, delimitando a matéria que será devolvida ao órgão *ad quem*.
- C Mesmo diante da inovação legislativa que determina que a interposição do agravo de instrumento se dê perante o órgão *ad quem*, ao juiz *a quo* continua sendo facultado o juízo de retratação.
- D É cabível apelação contra a decisão do juízo de primeiro grau que, ao retratar-se da decisão agravada, venha a proferir sentença de extinção do feito por falta de uma das condições da ação.
- E De acordo com a jurisprudência do STF, o prequestionamento é exigível mesmo em se tratando de matéria de ordem pública e sobre a qual é lícito ao juiz pronunciar-se de ofício, a qualquer momento, como, por exemplo, condições da ação e pressupostos processuais.

**QUESTÃO 71**

Julgue os itens que se seguem.

- I Tratada a união estável, pela Constituição da República, como forma de família juridicamente tutelada, as causas a ela pertinentes devem observar o mesmo regime das ações matrimoniais no tocante à tramitação em segredo de justiça.
- II A natureza privilegiada do crédito trabalhista, conferida por força de lei, somente pode ser reconhecida frente aos outros credores no âmbito do concurso dos credores habilitados na falência, e não no juízo trabalhista.
- III Falecendo a parte no curso da ação, o seu advogado continuará a patrocinar a causa representando o espólio e os herdeiros, sem que haja necessidade de qualquer formalidade especial.
- IV O credor, munido de título não hábil a fundar execução, por estar prescrito, pode utilizá-lo para fundamentar ação monitória.
- V O credor, munido de título hábil a fundar execução, pode propor ação monitória em vez de execução do título.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, III e V.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

**QUESTÃO 72**

No que se refere ao direito sanitário, assinale a opção correta.

- A A existência do Sistema Único de Saúde (SUS) implica a uniformidade da legislação acerca da saúde em todo o território nacional e, por isso, compete privativamente à União legislar sobre proteção e defesa da saúde.
- B O serviço de saúde é um serviço público e, portanto, somente pode ser prestado por sociedade comercial mediante regime administrativo de concessão, permissão ou autorização.
- C Não compete ao SUS participar da formulação política de saneamento básico, pois a sua função é precipuamente assistencial e não preventiva.
- D Entidades da iniciativa privada com fins lucrativos podem participar do SUS, em caráter complementar, quando as entidades públicas forem incapazes de garantir cobertura assistencial à população de uma determinada área.
- E No tocante às sociedades prestadoras de serviços de saúde, a Constituição da República veda o estabelecimento, para empresas estrangeiras, de tratamento legal diverso do estipulado para empresas brasileiras.

**QUESTÃO 73**

Acerca do direito sanitário, assinale a opção correta.

- A As decisões do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins devem ser homologadas pelo governador do estado.
- B Somente é obrigatório o estabelecimento de conselhos municipais de saúde em municípios com mais de quarenta mil habitantes.
- C No âmbito do SUS, a retirada *post mortem* de órgãos de ser humano para fins de transplante depende de prévia autorização do Ministério Público estadual.
- D A vigilância sanitária engloba o conjunto de ações que proporcionam a prevenção de mudanças nos fatores condicionantes da saúde coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
- E Por determinação constitucional, apenas o atendimento a brasileiros é gratuito no âmbito do SUS, devendo os estrangeiros pagar pelos serviços que lhes forem individualmente prestados.

**QUESTÃO 74**

No que concerne aos direitos das crianças e dos adolescentes, assinale a opção **incorreta**.

- A As revistas e publicações que contêm material impróprio a crianças deverão ser comercializadas em embalagem lacrada.
- B É proibido vender bilhetes lotéricos a crianças, mas é permitido vendê-los a adolescentes.
- C São vedadas a entrada e a permanência de adolescentes em estabelecimentos que exploram comercialmente bilhar ou sinuca.
- D Ao adolescente em regime familiar de trabalho rural é vedado o trabalho em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
- E A Constituição da República veda o trabalho de crianças, inclusive na condição de aprendiz.

**QUESTÃO 75**

Com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, assinale a opção correta.

- A Os atos infracionais que envolvem condutas definidas como contravenções penais, ainda que reiterados, não dão margem a medidas que acarretem restrição ao direito de liberdade do menor.
- B O Ministério Público é titular exclusivo da legitimidade para propor ações judiciais de defesa de direitos difusos relacionados à infância e à adolescência.
- C A falta de intervenção do Ministério Público em um processo do qual ele não é parte e que envolve interesses de um adolescente acarreta a nulidade do feito.
- D A suspensão do pátrio poder é uma medida que pode ser aplicada autonomamente pelos conselhos tutelares, mas a destituição do pátrio poder é um ato que somente pode ser determinado por autoridade judicial competente.
- E As entidades de atendimento a adolescentes que mantenham programas de abrigo, diversamente daquelas voltadas à internação de menores, não são sujeitas à fiscalização pelo Ministério Público.

**QUESTÃO 76**

Gisela é uma menor de treze anos de idade que vive na companhia de seus pais em Palmas – TO.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A Para participar de concurso de beleza ou atuar em programa de televisão, basta que Gisela esteja sempre acompanhada pelo pai ou pela mãe.
- B Para viajar a Brasília acompanhada por seu avô, Gisela não precisa de autorização expressa dos pais.
- C Para viajar ao exterior, mesmo que Gisela esteja em companhia de um dos pais, é necessária a autorização expressa do outro.
- D A carência de recursos materiais para garantir o sustento de Gisela não é motivo suficiente para que seus pais venham a perder o pátrio poder sobre ela.
- E Os pais podem ter suspenso o pátrio poder sobre Gisela se descumprirem injustificadamente o dever de educação que têm para com a filha.

**QUESTÃO 77**

Rodrigo é um menor de catorze anos de idade, cujos pais faleceram recentemente em um acidente de trânsito.

De acordo com essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A É vedado que Rodrigo seja adotado por um irmão, mesmo que ele seja seu padrinho.
- B É vedado que Rodrigo venha a ser adotado por seus avós maternos, mesmo que eles detenham sua guarda nos próximos cinco anos.
- C É vedado que Rodrigo seja adotado por um casal amigo de seus pais, formado por um homem de 26 anos de idade e uma mulher de 24 anos de idade.
- D É vedado que Rodrigo seja adotado por um tio que seja solteiro.
- E Rodrigo somente pode ser adotado com o seu consentimento.



**QUESTÃO 78**

No tocante aos crimes ambientais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A responsabilização penal das pessoas jurídicas exclui a responsabilização dos seus gerentes que houverem concorrido para a prática do crime.
- Ⓑ Pessoa jurídica pode ser condenada a pena restritiva de direito, mas não a pena de prestação de serviços à comunidade.
- Ⓒ Pena restritiva de direito não pode ser aplicada cumulativamente a pena restritiva de liberdade.
- Ⓓ Em processos relativos a crimes ambientais, é inaplicável o instituto da suspensão condicional da pena.
- Ⓔ Compete à justiça federal processar e julgar os crimes contra a fauna e a flora.

**QUESTÃO 79**

Assinale a opção correta acerca do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

- Ⓐ O Ministério Público integra o SISNAMA.
- Ⓑ Ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), na qualidade de órgão deliberativo do SISNAMA, compete expedir licenças para o exercício de atividades poluidoras que acarretem impacto ambiental de âmbito nacional.
- Ⓒ A fiscalização do cumprimento das normas de proteção ao meio ambiente compete aos órgãos estaduais, em caráter supletivo da atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- Ⓓ Nos parques nacionais e nas reservas biológicas, é vedado o uso direto de recursos naturais, mesmo quando se tratar de uso sustentável do meio ambiente.
- Ⓔ A desconstituição de reserva particular do patrimônio natural pode ser feita a qualquer tempo pelo seu proprietário, desde que ele indenize o poder público pelos eventuais investimentos realizados e incentivos concedidos.

**QUESTÃO 80**

Acerca do direito ambiental, assinale a opção correta.

- Ⓐ A definição de infrações administrativas ambientais extrapola a competência dos municípios.
- Ⓑ Nos imóveis rurais da região Norte, a reserva legal corresponde a 60% de cada propriedade.
- Ⓒ O desmembramento é um modo de parcelamento de solo urbano que implica a criação de novas vias e de logradouros públicos.
- Ⓓ A água é bem de domínio público e, portanto, sua utilização independe de outorga de direito de uso.
- Ⓔ Para serem vendidos no Brasil, os agrotóxicos importados devem ter rótulos próprios, redigidos em português, contendo, entre outros dados, o nome e a porcentagem de cada princípio ativo, o nome e o endereço do importador, as datas de fabricação e de validade e o intervalo de segurança a ser observado na utilização do produto.

**GRUPO 5**

## DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**QUESTÃO 81**

Acerca da competência da justiça federal e da justiça estadual, assinale a opção correta.

- Ⓐ As ações de acidentes de trabalho ajuizadas contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) somente são processadas na justiça estadual se a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.
- Ⓑ Todas as causas em que a União ou suas autarquias forem autoras ou réis são de competência da justiça federal.
- Ⓒ Quando editados com poder de império, os mandados de segurança contra atos emanados de diretores da PETROBRAS S.A. sujeitam-se à competência da justiça federal.
- Ⓓ Não são da competência da justiça federal as causas trabalhistas cujo dissídio se estabeleça entre empresa pública federal e seus empregados.
- Ⓔ Os crimes praticados com ofensa aos bens e serviços da União podem ser processados na justiça estadual, se a lei de organização judiciária do estado assim dispuser e se o local do crime não for sede de vara federal.

**QUESTÃO 82**

Acerca do estado do Tocantins, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Foi criado por norma transitória da Constituição Federal.
- Ⓑ Integra a região Norte, fazendo divisa com Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e Mato Grosso.
- Ⓒ Teve capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Estadual Constituinte.
- Ⓓ Com sua criação, o estado de Goiás ficou liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território desse novo estado.
- Ⓔ Foi instalado antes da promulgação da Constituição Estadual.

**QUESTÃO 83**

Acerca do regime jurídico a que está submetido o mandato parlamentar nos três níveis da Federação brasileira, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Embora a Constituição Federal não disponha acerca das imunidades formais dos vereadores, o STF tem entendimento firme de que é possível estender a eles o regime aplicável aos parlamentares federais e estaduais, desde que assim disponha a respectiva constituição estadual.
- Ⓑ A imunidade material dos vereadores os protege em suas manifestações relacionadas ao mandato dentro e fora do recinto da Câmara Municipal, com abrangência apenas na circunscrição do município.
- Ⓒ A imunidade formal de parlamentares federais não exclui a instauração de inquérito policial contra eles, mas as medidas investigatórias devem ser adotadas no âmbito de procedimento em curso perante o STF.
- Ⓓ O STF cancelou súmula que garantia a perpetuidade da sua competência para julgamento de crimes comuns praticados por parlamentares federais depois de cessados seus mandatos.
- Ⓔ Afastando-se voluntariamente da função parlamentar para ocupar cargo de secretário de estado no governo local, pode o parlamentar estadual vir a ser preso caso cometa crime comum, não havendo necessidade de deliberação da Assembléia Legislativa acerca da prisão.

**QUESTÃO 84**

Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O estado do Tocantins edita medidas provisórias com autorização do STF fundada no entendimento de que está implícita, na Constituição Federal, tal competência do governador, independentemente de previsão constitucional local.
- Ⓑ Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa congressional são tomadas por maioria absoluta dos votos, presente a maioria de seus membros.
- Ⓒ As leis complementares editadas antes da promulgação da Constituição Federal podem ter sido recepcionadas como leis ordinárias, porque o quórum de aprovação daquelas é maior; já a recepção das leis ordinárias como complementares esbarra no óbice formal decorrente do seu simplificado processo legislativo.
- Ⓓ A regra que versa sobre a iniciativa privativa do Presidente da República para deflagrar processo de elaboração de leis que disponham sobre remuneração dos servidores públicos é de observância obrigatória nos estados, não podendo as constituições locais permitir iniciativa parlamentar para a hipótese.
- Ⓔ As emendas constitucionais são aprovadas em dois turnos de votação, necessitando do voto de mais de 65% dos parlamentares de cada Casa do Congresso Nacional.

**QUESTÃO 85**

De acordo com a jurisprudência do STF, em matéria de controle de constitucionalidade, não tem efeito vinculante

- Ⓐ a decisão de improcedência na ação declaratória de constitucionalidade.
- Ⓑ a decisão que, julgando a ação direta de inconstitucionalidade, dá à norma impugnada *interpretação conforme a Constituição*.
- Ⓒ o julgamento do plenário do STF, na ação direta de inconstitucionalidade, quando cinco ministros tenham-se pronunciado pela inconstitucionalidade e quatro, pela constitucionalidade.
- Ⓓ o julgado em que o STF tenha adotado a técnica da declaração parcial sem redução de texto.
- Ⓔ a liminar proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

**QUESTÃO 86**

Acerca da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), julgue os itens a seguir.

- I No estado do Tocantins, os prefeitos podem propor ADIn de leis municipais ou estaduais por afronta à Constituição Estadual.
- II É possível a declaração de constitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Estadual, pelo tribunal de justiça, mesmo que o parâmetro de julgamento seja cópia da Constituição Federal.
- III A declaração de inconstitucionalidade de dispositivo da Constituição local, pelo STF, propicia ao Procurador-Geral de Justiça o uso da reclamação perante o tribunal de justiça local, para assegurar o respeito à decisão da excelsa corte.
- IV Qualquer lei formalmente aprovada pode ser objeto de controle de constitucionalidade abstrato, seja no STF, seja no tribunal de justiça.
- V A omissão do dever de editar norma estadual não pode ensejar ação direta de inconstitucionalidade no STF.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ III e V.
- Ⓔ IV e V.

**QUESTÃO 87**

Em relação à disciplina da atual ordem econômica e financeira e sua interpretação pelo STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ As taxas de juros reais estão limitadas a 12% ao ano, mas essa norma constitucional depende de regulação por lei complementar para ter eficácia plena.
- Ⓑ Sociedade de economia mista, ainda quando explore serviço sob monopólio da União, está sujeita ao regime de penhora de seus bens.
- Ⓒ A atividade econômica desenvolve-se sempre no regime da livre iniciativa e, por essa razão, sujeita-se ao regime privado, abrangendo os serviços públicos que sejam concedidos e permitidos.
- Ⓓ A concessão de serviço público remunerado por sua utilização impõe a adoção do regime tributário, exclusivamente por meio de taxa.
- Ⓔ A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tem direito à execução de débitos trabalhistas pelo regime de precatórios.

**QUESTÃO 88**

Na interpretação das normas constitucionais e infraconstitucionais que versam sobre direitos fundamentais, o STF tem admitido

- A a possibilidade de tratados internacionais serem recepcionados, na ordem jurídica brasileira, com *status* de lei complementar.
- B *habeas corpus* para desentranhamento de prova ilícita em procedimento penal.
- C a garantia do duplo grau de jurisdição, mesmo quando o processo criminal deva ser julgado originariamente em tribunal.
- D a condução coercitiva do suposto pai biológico para a realização de exame de DNA, em se tratando de processo de investigação de paternidade.
- E a quebra do sigilo bancário, em se tratando exclusivamente de instrução de processo criminal.

**QUESTÃO 89**

Considerando o modelo de organização do Estado brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- A O plebiscito às populações interessadas é condição necessária à criação de município.
- B Compete privativamente à União legislar sobre registros públicos.
- C Em matéria de legislação concorrente, o estado está autorizado a legislar plenamente, na ausência de normas gerais da União.
- D É vedada a criação de tribunal de contas municipal para o exercício do controle externo.
- E É causa de intervenção federal a inobservância da forma republicana e do sistema representativo por qualquer município.

**QUESTÃO 90**

Entre as causas de perda do cargo público pelo servidor civil estável, **não** se inclui o(a)

- A excesso de despesa com pessoal.
- B condenação criminal com trânsito em julgado.
- C condenação por improbidade administrativa com trânsito em julgado.
- D insuficiência de desempenho.
- E investidura em mandato eletivo.

**QUESTÃO 91**

Com relação a licitação, assinale a opção correta.

- A Segundo o TCU, para a regularidade da licitação na modalidade convite, basta a formalização do convite a, no mínimo, três licitantes, sendo desnecessário que sejam apresentadas, efetivamente, três propostas.
- B Após a homologação, a licitação não pode ser revogada.
- C A contratação de advogado de notória especialização para o patrocínio de causa administrativa de natureza singular depende de licitação.
- D Na licitação internacional, na qual o estado-membro tome, no exterior, empréstimo para a aquisição de bem ou serviço, exige-se autorização do Senado Federal.
- E A compra de imóveis pela administração pública está sempre sujeita a licitação.

**QUESTÃO 92**

Acerca de bens públicos, assinale a opção correta.

- A Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- B A desafetação de bem de uso especial pode dar-se pelo não-uso prolongado, independentemente de ato expresso.
- C Os bens dominicais da administração direta podem ser hipotecados para garantia de dívida.
- D A alienação de bens imóveis do estado do Tocantins, de qualquer área, por ser ato de competência do Poder Executivo, independe de autorização da Assembléia Legislativa.
- E Os bens da administração pública não podem ser objeto de dação de pagamento.

**QUESTÃO 93**

Pode-se definir o controle da administração pública como o poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico. Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A Os tribunais de contas têm competência para responsabilizar, solidariamente com o administrador, advogados de empresas públicas, por pareceres por eles exarados no regular exercício de sua atividade.
- B Por meio de ação popular, são anuláveis atos lesivos ao patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, ainda que não padeçam de vícios de competência, forma, ilegalidade do objeto, inexistência de motivos ou desvio de finalidade.
- C O ato qualificado como coisa julgada administrativa pode ser revogado pela administração pública por razões de conveniência e oportunidade.
- D A lei pode impor a exigência de que os contratos celebrados entre o governo dos estados-membros e as empresas particulares dependam de registro prévio junto ao tribunal de contas do estado.
- E A ação civil pública, quando ajuizada pelo Ministério Público, é meio legítimo para impedir a cobrança de tributo inconstitucional.

**QUESTÃO 94**

A desapropriação é modo de intervenção na propriedade por meio do qual a propriedade é transferida para o poder público ou para seus delegados mediante pagamento de indenização. Com relação a desapropriação, assinale a opção correta.

- A Somente a propriedade privada pode ser expropriada, sendo incabível a expropriação de propriedade pública.
- B São insuscetíveis de expropriação, pelos estados-membros, as ações, quotas ou direitos de sociedade privada cujo funcionamento dependa de autorização do governo federal e se subordine à sua fiscalização.
- C A posse de bem imóvel é suscetível de ser expropriada independentemente da propriedade.
- D A desapropriação por zona é aquela em que há expropriação de área destinada a urbanização ou reurbanização, sendo permitido ao poder público, nessas hipóteses, alienar essas áreas a particulares.
- E A imissão provisória na posse de imóvel urbano mediante depósito de seu valor cadastral para fins de imposto predial contraria a Constituição Federal.

**QUESTÃO 95**

São servidores públicos as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da administração indireta, com vínculo empregatício ou estatutário, mediante remuneração paga pelos cofres públicos. Assinale a opção correta a respeito de servidores públicos.

- A A lei poderá criar cargo em comissão apenas para o exercício de funções técnico-científicas, de direção ou de assessoramento.
- B O provimento derivado em cargo público é inconstitucional.
- C A aposentadoria espontânea do empregado de sociedade de economia mista extingue seu contrato de trabalho.
- D O direito à advocacia fora do exercício da função dos advogados públicos não pode ser atingido por norma que venha, posteriormente, exigir dedicação exclusiva, ante a existência de direito adquirido.
- E A nulidade do contrato de trabalho firmado com a administração pública sem prévio concurso público impede o empregado de receber os salários pelo período trabalhado.

**QUESTÃO 96**

Acerca de nomeação, exercício e destituição do cargo de procurador-geral de justiça, assinale a opção correta.

- A A lei complementar estadual pode, validamente, condicionar a escolha feita pelo governador à aprovação da respectiva Assembléia Legislativa.
- B Em Tocantins, apenas os procuradores de justiça podem concorrer à lista tríplice para a escolha do procurador-geral de justiça.
- C O mandato do procurador-geral de justiça é de quatro anos, permitida uma recondução.
- D A lista tríplice para a escolha do procurador-geral de justiça pode decorrer de eleição indireta.
- E A destituição do procurador-geral de justiça pode ocorrer por deliberação exclusiva do Colégio de Procuradores.

**QUESTÃO 97**

Tendo em vista os direitos, os deveres, as proibições e os impedimentos dos membros do Ministério Público, assinale a opção **incorreta**.

- A Após a Constituição Federal de 1988, os novos membros do Ministério Público não mais podem ocupar cargos de confiança na administração pública, tais como os de secretário de governo e de consultor jurídico.
- B É vedado a membro do Ministério Público officiar junto a vara em que atue juiz que seja seu parente direto na linha ascendente, descendente ou colateral.
- C Está proscrita aos membros da instituição a participação em sociedade comercial.
- D O promotor de justiça titular tem o dever de residir na comarca.
- E As férias dos membros do Ministério Público tocantinense tem a mesma disciplina jurídica dada às dos magistrados do estado.

**QUESTÃO 98**

De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/1993), julgue os itens a seguir, relativos às prerrogativas dos membros do Ministério Público estadual.

- I Os membros do Ministério Público têm foro especial de julgamento, nos crimes comuns e de responsabilidade, no tribunal de justiça de seu estado.
- II A apuração, na fase investigatória, de crime imputado a membro do Ministério Público pode ser feita pela autoridade policial.
- III Os membros do Ministério Público podem transitar livremente por quaisquer cartórios ou secretarias judiciárias.
- IV Um membro do Ministério Público, quando testemunha em processo, tem direito a ser ouvido em dia, hora e local previamente ajustados com o juiz.
- V Ao promotor confere-se a possibilidade de exame e cópia de qualquer processo, ainda que em tramitação em tribunal.

A quantidade de itens certos é

- A 1.                    B 2.                    C 3.                    D 4.                    E 5.

**QUESTÃO 99**

Acerca do regime jurídico das licenças a que fazem jus os integrantes do Ministério Público tocantinense, assinale a opção correta.

- A Um membro do Ministério Público licenciado para tratamento de saúde pode officiar nos autos que tiver recebido antes da licença.
- B O membro do Ministério Público não tem direito a licença-prêmio.
- C São considerados como de efetivo exercício para todos os efeitos, inclusive para vitaliciamento, o afastamento em decorrência de licença-gestante, por 120 dias.
- D O membro do Ministério Público do sexo feminino que adotar criança terá direito a licença de 120 dias.
- E O membro do Ministério Público vitalício pode obter licença especial não-remunerada para tratamento de assuntos particulares, por tempo ilimitado.

**QUESTÃO 100**

Acerca do funcionamento dos órgãos de execução do Ministério Público do Tocantins e de suas respectivas competências, assinale opção **incorreta**.

- A A eleição e destituição do corregedor-geral é de competência do Colégio de Procuradores.
- B Na promoção por antiguidade, o Conselho Superior pode recusar o mais antigo.
- C À Corregedoria-Geral compete a instauração e presidência do processo administrativo disciplinar, mas não a decisão acerca da sanção.
- D Os promotores de justiça são inelegíveis ao Conselho Superior.
- E A inamovibilidade, garantia constitucional, impede a remoção compulsória de membro do Ministério Público.